aprimora o conceito de imitação e indica a citação, ou melhor, excertos. Aconselha ao missivista a coleção de bons trechos de textos e que os carregue, tal qual tesouros, em "livrinhos" No último item, Lípsio orienta sobre "o que imitar e o que evitar" com recomendações específicas para cada fase de maturidade. Mas, de modo geral, indica uma progressiva independência da imitação na busca de estilo próprio.

A arte de escrever cartas, além de tornar textos clássicos acessíveis, em boa edição de língua portuguesa, contribui para destacar o aspecto retórico do gênero epistolar, assunto muitas vezes enevoado por uma visão herdada do Romantismo, que liga os estudos sobre correspondências ao confessional. O ensaio introdutório e as traduções de Emerson Tin concorrem efetivamente para o enriquecimento da fortuna crítica brasileira sobre a epistolografia.

Aline Ulrich é mestre em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo, bolsista do CNPq.

Elizabeth da P. Cardoso é doutoranda em Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo, bolsista da FAPESP.

LA ESCRITURA EPISTOLAR.

Nora Esperanza Bouvet. [Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires (EUDEBA), 2006, 220 p.]

Nas últimas décadas, no âmbito das ciências humanas na América Latina, proliferaram edições de cartas, ocupando lugar de destaque – o que parece justificar o trabalho de compilação – aquelas que recuperam vínculos pessoais entre personalidades do campo político ou sociocultural. Reunidas em coletâneas, antologias, edições comentadas e/ou anotadas, ou inseridas, como anexos ou apêndices *ad hoc*, em edições críticas ou genéticas de obras literárias, ou ainda, constituindo volumes em coleções de fontes primárias, as cartas foram situadas em um novo patamar: tornaram-se objeto de estudo.

Com esse novo status, a carta foi abordada, revisitada, principalmente a partir de interesses específicos de diferentes áreas. A história, por exemplo, continua colocando à prova suas fontes documentais, marcadas pelo valor relativo, oblíquas, mas certamente irrefutáveis. Os estudos literários, por sua vez, tanto os de crítica literária, quanto os de especulação teórica, vêm promovendo leituras que focalizam as estratégias discursivas de um gênero situado entre a oralidade e a escrita, entre o prosaico e a literatura, entre o público e privado. Por que legitimar o estudo das cartas? Quais são suas potencialidades de significação e sua utilidade no campo de estudo das ciências humanas e sociais? Como dimensioná-las e construí-las como objeto de estudo, passíveis de uma sistematização, se observamos a carência de uma metodologia? Estas são apenas algumas das principais questões propostas nas

recentes publicações dedicadas ao gênero epistolar. Precisamente, o trabalho de Nora Esperanza Bouvet, de que nos ocupamos, equilibra dois objetivos complementares: foi pensado como uma completa e eficaz apresentação de problemas referentes ao estudo discursivo das cartas; ao mesmo tempo, seus argumentos sustentam posições teóricas que repercutem como respostas pessoais adequadas e sugestivas àquelas questões imprescindíveis a que acabamos de nos referir.

O volume é constituído por breve "Introdução" e duas "Partes", nas quais se agrupam dez substanciosos capítulos que se detêm nos aspectos mais relevantes do estudo de cartas. Com exceção do segundo capítulo da primeira seção, "Origens remotas", de autoria de Laura Bacelli, os demais foram assinados pela organizadora do volume. Na "Introdução", esclarece-nos que a "caracterização do [gênero] epistolar sempre se constituiu como um problema" (p. 12), pois o "caráter proteiforme" da carta, ao longo de sua história, dificulta a apreensão de traços discursivos específicos.

A pesquisadora seleciona para análise um conjunto de "marcos epistolares [...] na cultura" (p. 17), como é o caso dos usos públicos dos manuais epistolares, da relação da carta com os discursos e as práticas políticas, e da utilização da carta no terreno literário – especialmente no romance –, entre outros. Isso quer dizer que, das três principais orientações dominantes no campo da epistolografia (a sócio-histórica, a retórico-literária e a centrada em produções individuais – geralmente em escritores europeus dos séculos xix e xx), Nora Bouvet se orienta por uma ampla perspectiva sócio-histórica.

A autora, inicialmente, questiona a ideia de que a comunicação seja a função essencial da carta, visto que toda mensagem epistolar é produzida na ausência do destinatário e não tem garantida sua recepção livre de mal-entendidos; a comunicação no intercâmbio epistolar costuma ser sempre relativa. A carta ganha, então, em autonomia e distanciamento o que perde em gestualidade e interação. O próximo mito colocado sob suspeita no ensaio é o da suposta espontaneidade da carta, vista como mero "substituto da conversação", ao absorver os recursos anárquicos da oralidade. Essa perspectiva oculta o duplo gesto de comunicação (imediata) e de escritura (adiada) que particulariza a carta.

Enquanto avançamos na leitura, o capítulo "Origens remotas" retrocede até a mais antiga existência documentada da carta. Laura Bacelli organiza suas reflexões a partir de uma constatação sintomática: antes que fossem estabilizados os sistemas de escrita, a carta já fazia seu ingresso no mundo das letras; por essa razão, a autora considera que sua origem – por volta do final do quarto milênio antes de Cristo – deve ser pensada em relação íntima com o surgimento da própria escrita. Esse capítulo se organiza, portanto, a partir de uma revisão das diferentes modalidades que o gênero teve na Antiguidade: as cartas de Hamurábi, as cartas aos mortos no Egito, as classificações dos manuais epistolares em Roma.

Embora a particularidade mais evidente das cartas pareça ser a urgência por superar a distância que necessariamente se interpõe entre os interlocutores, Nora Bouvet considera que, na verdade, a ambivalência é o traço inerente à "matriz epistolar". O caráter paradoxal das cartas se evidencia em um conjunto de polaridades irresolutas: presença-ausência, oralidade-escrita, privado-público, fidelidade-traição e realidade-ficção. A respeito do primeiro par, a carta gera em sua escrita

uma situação comunicativa em que a ausência do destinatário é sua própria condição de existência: "A escrita epistolar é presença em ausência" (p. 67). Tempo e espaço no diálogo epistolar revestem-se de um caráter fictício. Quanto ao tempo, a carta tenta gerar a ilusão de continuidade na comunicação, quando na verdade há apenas um continuum fragmentado pela lógica do cruzamento de correspondências. Quanto ao espaço, a escrita constrói - com a ajuda da autorreferência - um espaço imaginário onde se leva a cabo um encontro face a face entre os interlocutores que, na realidade, nunca se produz fora da página da carta. Outra polaridade presente no gênero epistolar assinala o trânsito entre o privado e o público. Toda carta retrata uma "vontade de pudor" nas palavras de Pedro Salinas, no sentido de que modula a intimidade, preservando a relação entre os interlocutores. No entanto, o resguardo do privado, movido pela confiança, pode com facilidade ser traído, pois a eventual leitura da carta por um terceiro quebrará a privacidade.

A teatralização do contato direto entre os participantes do diálogo epistolar ficcionaliza as figuras do emissor e do receptor da carta. Por isso, nossa autora estuda, no capítulo "Entrada em cena comunicativa", como o discurso da carta constrói a figuração dos interlocutores. Para explicar os jogos de ausência-presença que caracterizam o gênero, fundamentando-se nos conceitos desconstrutivistas de Derrida, Nora Bouvet concebe este jogo de simulação regulado pelas conveniências do enunciador epistolar. Embora reconheça a ausência de destinatário, o emissor o faz reaparecer quando precisa dele; antecipa respostas, respondendo a si mesmo, assim que pressupõe reações do interlocutor.

Um novo dilema apresenta-se como resposta à pergunta que serve de título ao capítulo "A quem pertencem as cartas?" A mesma ambiguidade observada na invasão da voz do destinatário na voz do enunciador repercute na questão relativa à posse da própria carta. Esta, principalmente antes do envio, pode ser pensada como legítima propriedade de seu autor; porém, uma vez chegando ao destinatário, a carta - concebida desde a Antiguidade clássica como um presente - passa a ser propriedade indiscutível do receptor.

A "Segunda parte" do volume reúne quatro capítulos. No primeiro, "Usos da epistolografia na cultura (Cartas e Epistolários)" Nora Bouvet aborda a contribuição da carta para "modelar a cultura", especialmente em duas esferas discursivas: a social e a literária. Nesse capítulo, discute-se o trabalho de compilação de cartas, tendo em vista a sua publicação. Assim, os documentos epistolares são expatriados de seu âmbito íntimo e passam a constituir um produto editorial. Nesse circuito impróprio, suportam novos pactos de leituras, formulados pelo editor, que define pautas de interpretação mediante a recuperação de contextos e complementos (notas de pesquisa, atualização ortográfica etc.), revestindo as cartas de um novo valor patrimonial. Nesse capítulo destaca-se ainda o valor das cartas como documento testemunhal, meio valioso para nos aproximar, em primeira mão, de fatos sócio-históricos. Nesse sentido, as cartas hoje são especialmente valorizadas por linhas de pesquisa como os estudos de gênero, as histórias das ideias, da cultura ou da vida privada.

Por outro lado, no capítulo seguinte, em "Secretários" somos instruídos sobre as características

polivalentes destes. A palavra "secretário" tem uma tríplice acepção: refere-se à pessoa comissionada para escrever cartas, a um tipo de livro que funciona como manual para a escrita das cartas e, por último, ao móvel sobre o qual se escrevem e onde se guardam as missivas. Seja como sujeito que sabe guardar segredos (quando se lhe dita uma carta), como exemplário de como se podem plasmar os segredos (quando a carta é escrita) ou como objeto que pode armazená-los (quando ela é arquivada), os secretários guardam intimidades. A função dos secretários deve ser entendida não apenas como simples compêndio de escrituras convencionalizadas, mas como fonte para se rastrearem formas latentes de regulação social, tal como o demonstram, por exemplo, os estudos de Roger Chartier sobre a permanência do ideário absolutista nas páginas destes manuais, durante a transição do Antigo Regime à era das revoluções.

Em "Escritura epistolar e construção do Estado", a análise do funcionamento social das cartas se concentra nos usos políticos da correspondência; para isso escolhe a figura do secretário (em sua acepção de pessoa) como caso paradigmático, e nos oferece um panorama das variações operadas em sua construção sociopolítica ao longo da história europeia. No capítulo final, "Romance epistolar", a autora, após breve retomada das origens do gênero na produção inglesa de Samuel Richardson, se detém na análise de um caso representativo: *Julie ou La Nouvelle Héloïse*, de Jean-Jacques Rousseau, dialogando com as interpretações de Robert Darnton e Dominick LaCapra.

Concluindo, podemos assegurar que *La escritura* epistolar, de Nora Bouvet, afirma-se significativamente

diante do atual interesse da crítica por objetos de pesquisa esquecidos ou marginalizados, sobretudo a partir da consolidação das linhas de pesquisa dos estudos culturais. A atualização que a autora propõe para o estudo das cartas constitui uma fundamentada legitimação, altamente produtiva para diferentes abordagens de orientação sócio-histórica, em campos tão heterogêneos como a literatura e a linguística ou as histórias da cultura e das ideias. Como contribuição substancial específica no terreno dos estudos de epistolografia, o ensaio da pesquisadora argentina funciona, reiteramos, como uma aproximação certeira às questões essenciais relativas ao tema, ao mesmo tempo que nos oferece uma variedade de sugestões para continuarmos indagando acerca de outros aspectos do gênero epistolar.

Carlos Hernán Sosa, da Universidad Nacional de Salta (Argentina). Tradução: Ricardo Souza de Carvalho.